

O CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Conselho Nacional
de Saúde

Oficina

“O FINANCIAMENTO DO SUS”





O CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONTROLE

- **CONTROLE INSTITUCIONAL**
 - **EXTERNO**
 - **INTERNO**
- **CONTROLE SOCIAL**



Controle Institucional na Administração Pública

Controle Externo

Controle Interno do Poder Executivo

União

Congresso Nacional
Auxílio: TCU

Controladoria-Geral
da União - CGU

Estados

Assembleias Legislativas
Auxílio: TCE

Controladorias-Gerais
dos Estados - CGE

Municípios

Câmaras Municipais
Auxílio: TCE/TCM

Controladorias-Gerais
dos Municípios - CGM

Ministérios Públicos, Polícias Federal e Estadual, Poder Judiciário



CGU

Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal

Missão Estratégica

Duas dimensões complementares:

- 1. prevenir e combater a corrupção**
- 2. aprimorar a gestão pública, fortalecendo os controles internos e incrementando a transparência, a ética e o controle social**



Áreas de atuação da CGU





Correição

Corregedoria-Geral da União

**Órgão Central do Sistema de Correição
do Poder Executivo Federal**

Responsável por:

- **Apuração de irregularidades de servidores públicos;**
- **Apuração de responsabilidades de empresas;**
- **Aplicação de penalidades administrativas;**
- **Capacitação de gestores em PAD e PAR (cursos, guias, manuais).**



Correição

Punições 2003- 2016

Punições	TOTAL
Demissão	5.172
Cassação de Aposentadoria	493
Destituição	544
TOTAL	6.209

CADASTROS NACIONAIS

CEAF
(Cadastro de Expulsões da
Administração Federal)

informações sobre os servidores civis do Poder Executivo Federal e da Câmara dos Deputados punidos com as penalidades de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria. A atualização dos dados é mensal.

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

link:

SANÇÕES



CADASTROS NACIONAIS

Gestão a cargo da CGU.

CNEP (Empresas Punidas)

empresas que sofreram punições previstas na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), tais como a multa e a suspensão parcial das atividades da empresa.

CEIS (Inidôneas e Suspensas)

empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que impliquem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, nos três Poderes e em todas esferas federativas

CEPIM – Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas

entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

link:

SANÇÕES



Áreas de atuação da CGU





Ouvidoria

e-OUV

Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

[Ouvidorias.gov](#)

[Material de Apoio](#)

[Já sou Cadastrado](#)

[Cadastre-se](#)

Qual tipo de manifestação você quer fazer?



DENÚNCIA



RECLAMAÇÃO



SOLICITAÇÃO



SUGESTÃO



ELOGIO



Ouvidoria

- ✓ **TODAS AS MANIFESTAÇÕES DO E-OUV SÃO LIDAS PELOS ÓRGÃOS FEDERAIS RESPONSÁVEIS**
- ✓ **TODAS AS MANIFESTAÇÕES SÃO RESPONDIDAS AO CIDADÃO EM ATÉ 30 DIAS, INFORMANDO AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**
- ✓ **QUALQUER PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PODE SE MANIFESTAR**

www.ouvidorias.gov.br

Ouvidoria

Orientações Nacionais

- ❖ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
 - Lei de Acesso à Informação - LAI
- ❖ LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017
 - trata das atribuições das ouvidorias
 - Determina a obrigatoriedade de disponibilização na internet do Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria



Novidade
para
2018!



Áreas de atuação da CGU





Auditoria e Fiscalização

Formas de atuação da Secretaria Federal de Controle (SFC):

- Fiscalizações sistemáticas de programas de governo;
- Fiscalizações a partir de sorteio público de municípios ou matriz de vulnerabilidades;
- Demandas externas (denúncias de cidadãos/demandas de outros órgãos de controle – MPE/MPF/PF/TCU);
- Auditorias de avaliação da gestão pública federal;
- Auditorias nas aplicações de recursos externos.

Fiscalização por Sorteios Públicos

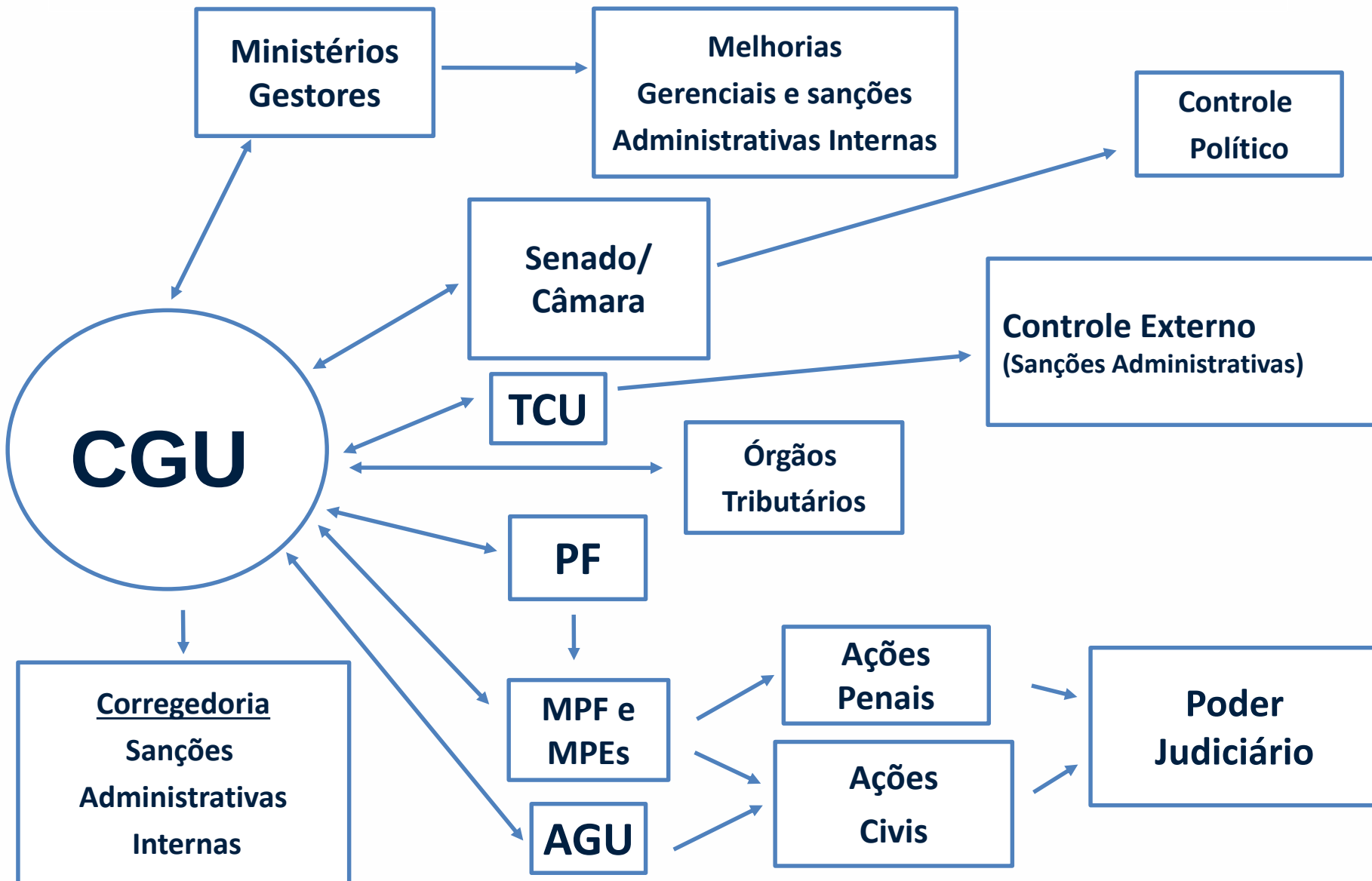


Transporte Escolar



Merenda Escolar

Encaminhamento das Ações de Controle



Operações Especiais



<http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/acoes-investigativas/operacoes-especiais/>

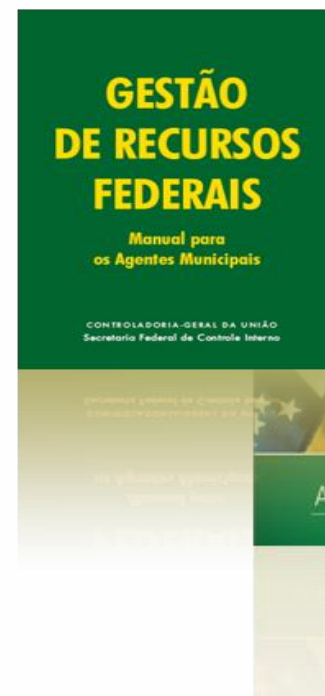


Áreas de atuação da CGU



Prevenção da Corrupção

Fortalecimento da Gestão Pública



COLEÇÃO MUNICÍPIO TRANSPARENTE

CORREGEDORIA

LEI ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE

OUVIDORIA

Prevenção da Corrupção

Incremento da Transparência



Prevenção da Corrupção

Inteligência

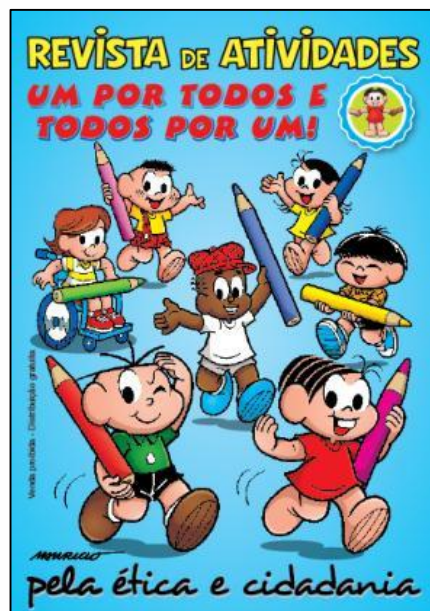


- “Malha fina” da despesa
- Monitoramento das situações atípicas do gasto
- Ferramenta de controle
- Apoio ao gestor público

Prevenção da Corrupção

Educação para a Ética e Cidadania

- 400 mil alunos e 13 mil professores



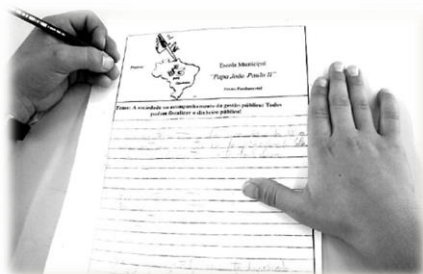
Prevenção da Corrupção

Educação para a Ética e Cidadania



1 milhão alunos mobilizados

1.000 municípios participantes





QUAL É A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL?

Prevenção da corrupção
em complemento aos
controles institucionais

Ampliação da qualidade
da ação estatal

Disseminação de cultura
de participação na
gestão pública

Orientação do Estado
pela sociedade



Os Conselhos e Conselheiros(as) de saúde têm diante de si um importante papel a desempenhar:

- Articular e potencializar as possíveis redes já estabelecidas e a serem estabelecidas na perspectiva da defesa de direitos dos cidadãos na área da saúde.

Cooperação

- ✓ Com os Conselhos de outras instâncias;
- ✓ Com os Gestores do SUS;
- ✓ Com o Ministério Público;
- ✓ Com os Órgãos de Controle.

Articulação

Problemas em todo Brasil!

Crise na saúde Destaque do editor 28/08/2017 | 12h32
Hospital Infantil de Florianópolis suspende cirurgias eletivas
Diretor da unidade foi exonerado nesta segunda-feira, informa a CBN Diário

Crise na saúde

Governo debate situação do Hospital Centenário na próxima segunda-feira

Prefeitura de São Leopoldo afirma que, sem novos repasses, atendimento moradores de outros municípios pode ser restrito

Entrevista 28/08/2017 | 20h44
"Temos nos esforçado para fazer as coisas acontecerem", diz secretário de Saúde, Vicente Caropreso
Hospital Infantil da Capital suspende cirurgias por falta de materiais



A queda, de 1,4%, foi puxada pelo Paraná, que perdeu 41,3 mil vínculos (-1,5%) no período analisado

A região Sul do País encerrou 2016 com 95,85 mil beneficiários de planos médico-hospitalares a menos do que começou o ano. A queda, de 1,4%, foi puxada pelo Paraná, que perdeu 41,3 mil vínculos (-1,5%) no período analisado. Os números

<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/ultimas-noticias/tag/saude/>
<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2017/08/>
<http://www.diariodoscamos.com.br/economia/2017/01/>



Problemas em todo Brasil!

PR, SC e RS...

AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

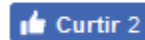
Ministério da Transparência investiga desvios de recursos do SUS em Santa Catarina

Combate à Corrupção

Operação Manobra de Osler apura desvios de verbas públicas a pessoas físicas e jurídicas

Publicado: 10/11/2016 09h18

Última modificação: 10/11/2016 12h03



O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (10), da Operação Manobra de Osler, que visa desarticular esquema de desvios de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) destinados a serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. A ação é realizada em parceria com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, em Santa Catarina.



AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

Ministério da Transparência investiga desvios de recursos do SUS em Santa Catarina

...

Foram verificados desvios de recursos pela empresa a pessoas físicas e jurídicas, direta ou indiretamente, ligadas a agente público municipal. Fiscalização da CGU constatou, ainda, **elevado quantitativo de sessões por paciente** – em alguns casos, com mais de 200 sessões supostamente realizadas. A maior parte das **sessões foi autorizada pelo próprio dono da empresa**, ...

Ano	Quantidade de sessões no ano
até 2013	máximo 25
2013	753
2014	2.859
2015	606

CGU apura desvios de recursos do PAC e do SUS em Foz do Iguaçu

Ações Investigativas

Operação Pecúlio investiga também a participação de pessoas ligadas à Administração Pública Municipal no esquema

Publicado: 19/04/2016 09h16

Última modificação: 19/04/2016 10h39

 Tweetar

 Curtir 505



Participam da operação cerca de 230 pessoas, entre policiais, auditores da Receita Federal e da Controladoria-Geral da União

A Controladoria-Geral da União (CGU), a Polícia Federal e a Receita Federal deflagram, nesta terça-feira (19), a Operação Pecúlio, com o objetivo de desarticular grupo que praticava irregularidades em processos licitatórios no município de Foz do Iguaçu, no Paraná. De acordo com as investigações, o esquema envolveu o uso de verbas públicas federais, com a finalidade de obtenção de vantagens indevidas.

A operação apurou também a existência de indícios de ingerências dos gestores do município, de forma direta e indireta, em empresas contratadas para prestação de serviços e para realização de obras junto à Administração Municipal. As empresas receberam quantias milionárias de recursos públicos federais (PAC e outros), bem como de empresas contratadas para prestar serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS).



A CGU identificou uma série de irregularidades, como: restrições de competição e outras fraudes formais e contratuais; irregularidades que comprometeram a execução contratual; e irregularidades relacionadas com prejuízo ao Erário (como superfaturamento, por exemplo). Foi identificada, ainda, participação de pessoas ligadas à Administração Municipal em empresas que mantêm importantes contratos com o município.

Estão sendo cumpridos quatro mandados de prisão preventiva, dez mandados de prisão temporária, 19 conduções coercitivas e 51 mandados de busca e apreensão em residências dos investigados e em empresas supostamente ligadas à organização criminosa. Participam da operação cerca de 230 pessoas, entre policiais, auditores da Receita Federal e da Controladoria-Geral da União.



Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

<https://auditoria.cgu.gov.br/>

Use os filtros abaixo para encontrar os relatórios do seu interesse

A Pesquisa de Relatórios tem o objetivo de aumentar a transparência e reunir em um único espaço todos os trabalhos Controladoria-Geral da União (CGU). São relatórios de fiscalização em estados e municípios, auditorias anual de conta: ainda, a possibilidade de baixar mais de um relatório pela opção "Baixar selecionados".

Título do Relatório

Linha de Atuação

Todas

Período de Publicação

Ministério(s)

Nenhum selecionado ▼

Órgãos(s)

Nenhum selecionado ▼

Estado(s)

Nenhum selecionado ▼

Município(s)

FEF(s)

Nenhum selecionado ▼

Palavras-Chave



- Apuração de Representações e Demandas Sociais
- Auditoria Anual de Contas
- Auditoria de Acompanhamento da Gestão
- Auditoria Especial
- Auditoria por Área de Gestão
- Auditorias nos Contratos e Financiamentos Externos e nos Projetos
- Avaliação da Execução de Programas de Governo / Relatório Ind
- Avaliação dos Resultados da Gestão
- Fiscalização em Entes Federativos - Estados
- Fiscalização em Entes Federativos - Municípios
- Operações Especiais
- Prestação de Contas do Presidente da República
- Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo
- Relatório de Gestão Fiscal



Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

<https://auditoria.cgu.gov.br/>

Título do Relatório

Linha de Atuação

Avaliação dos Resultados da Gestão

Período de Publicação

Ministério(s)

MINISTERIO DA SAUDE / MINISTERIO DA SAUDE ▼

Órgãos(s)

Nenhum selecionado ▼

Estado(s)

SC ▼

Município(s)

FEF(s)

Nenhum selecionado ▼

Exemplo de pesquisa:



Pesquisa de Relatórios

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

<https://auditoria.cgu.gov.br/>

Resultado da pesquisa

☐	DOWNLOAD	TÍTULO	LINHA DE ATUAÇÃO	PUBLICADO EM	MUNICÍPIOS
☐		Relatório nº 201504217 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde - SUS	Avaliação dos Resultados da Gestão	23/05/2017	SÃO JOSÉ - SC
☐		Relatório de Fiscalização nº 201504903 - Fundo Nacional de Saúde - FNS			PALHOÇA - SC



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Ordem de Serviço: 201504217
Município/UF: São José/SC
Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
Montante de Recursos Financeiros: R\$ 843.000,00
Prejuízo: R\$ 0,00

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 01 a 11/12/2015 sobre a aplicação dos recursos do Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) / Ação 12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS no município de São José/SC.

A ação fiscalizada destinava-se a construção de quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS) no município de São José/SC.

Exemplo de pesquisa:



Para a avaliação da prestação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional Metropolitano foram analisados os seguintes itens:

- prestação contas dos recursos transferidos fundo a fundo pelo Ministério da Saúde – MS;
- aplicação dos recursos financeiros recebidos fundo a fundo do MS pela Secretaria Municipal de Saúde exclusivamente em atividades do SAMU;
- Licitações e contratos: processos relativos à contratação de seguros e manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- Central de Regulação: estrutura, funcionamento e bases descentralizadas.



Foram verificadas falhas na execução dos recursos destinados ao custeio do SAMU, tais como:

- Aplicação da contrapartida estadual em um percentual inferior ao estabelecido em Portaria e dificuldade na identificação dos recursos aplicados no SAMU (âmbitos federal, estadual e municipal).
- Condições de funcionamento inadequadas do Sistema de Comunicação via rádio das unidades móveis do SAMU 192.
- Insuficiência de profissionais em exercício nas unidades móveis do SAMU 192 e na Central de Regulação das Urgências.



- Ausência de relatórios de atividades das ocorrências atendidas na Central de Regulação do SAMU Regional Metropolitano.
- Ausência de informações sobre a execução financeira e da quantidade de Unidades Móveis do SAMU no Relatório Anual de Gestão de Saúde da Unidade.
- Más condições e funcionamento inadequado da frota de ambulâncias do SAMU Regional Metropolitano, assim como existência de ambulâncias em desacordo com a configuração mínima estabelecida pelo Ministério da Saúde.



- Ausência de registro no CNES dos profissionais em exercício na Central de Regulação de Urgências.
- Inadequação do sistema de telefonia utilizado na Central de Regulação de Urgências.
- Veículos do SAMU Regional Metropolitano sem cobertura de seguro e cobrança indevida de itens cobertos por garantia de fábrica na manutenção de veículos.



Este Relatório trata do resultado de ação de controle desenvolvida em função de situações presumidamente irregulares, ocorridas na Irmandade da Santa Casa de XXX, apontadas à Controladoria-Geral da União - CGU .

A fiscalização teve como objetivo analisar a execução físico-financeira do Contrato de Repasse nº XXX/2008 em consonância com o Plano de Trabalho aprovado e a possível superposição do objeto com os Convênios nºs xxx/99, xxx/2000 e xxx/2002.



Pregão Presencial nº 07/2012, do tipo melhor técnica e menor preço global, cujo objeto foi a aquisição de equipamentos condicionadores de ar e materiais permanentes instalados. O valor máximo admitido foi de R\$ 3.400.000,00.

Pregão Presencial nº 03/2011, do tipo menor preço e técnica, cujo objeto foi a aquisição de equipamentos e materiais permanentes (geradores de energia elétrica), conforme especificado no Anexo I do Edital. O valor máximo admitido foi de R\$ 608.329,00.



Destacam-se, a seguir, as situações de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade do Programa/Ação fiscalizado:

1. Ausência de previsão nos editais e contratos de designação formal de fiscais dos contratos.
2. Ausência de documentação relativa à regularidade fiscal nas ocasiões de realização dos pagamentos.
3. Planilhas de preços referentes aos orçamentos propostos pela contratante não apresentaram valores por itens, somente valores globais.



4. Pareceres jurídicos assinados por membro da Comissão Especial de Licitação.
5. Ausência de justificativa formal, nos processos licitatórios analisados, referente à realização de Pregão na modalidade Presencial em detrimento da utilização de Pregão Eletrônico.
6. Execuções dos contratos extrapolaram os prazos constantes dos últimos termos aditivos.
7. Ausência de documentos comprobatórios da realização de pesquisa de preços nos processos licitatórios analisados.



Constatação:

Descumprimento de carga horária por profissional de saúde da família.

Fato:

Mediante verificação de consultas odontológicas registradas em agenda de atendimentos dos meses de agosto a outubro do posto de saúde da família Vila X, constatou-se o descumprimento de carga horária por parte da profissional cirurgiã dentista contratada.

Em geral os registros demonstram consultas realizadas somente no período da manhã, não havendo registros sobre outras atividades realizadas no período da tarde nos meses avaliados.



Constatação: Ausência de atestos de recebimento de bens, materiais ou serviços na documentação das despesas e pagamentos efetuados por meio de cheques bancários.

Fato: Conforme análise da documentação das despesas efetuadas com os recursos da Atenção Básica, verificou-se que as notas fiscais deixaram de apresentar atestos de recebimento dos bens, materiais ou serviços adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Verificou-se, também, conforme extratos bancários das contas correntes relacionadas à Atenção Básica, que ocorreram pagamentos efetuados por meio de cheques bancários contrariando o § 1º do art. 2º do Decreto nº 7.507/2011, que menciona o seguinte:

“A movimentação dos recursos será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.”



Constatação: O gerenciamento das contas correntes do Fundo Municipal de Saúde não é realizado pela Secretária Municipal de Saúde, conforme determina a legislação

Fato: Os pagamentos e as transferências são autorizados por meio de senhas eletrônicas do Secretário Municipal de Finanças e do Prefeito junto ao Banco do Brasil. Não foram identificadas movimentações nas contas correntes do Fundo autorizadas pela Secretária Municipal de Saúde.

De acordo com a Lei nº 8.080/1990 a direção do SUS é única e será exercida no âmbito dos municípios pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente, conforme exigência contida no Art. 198, inciso I, da Constituição da República, que define a descentralização do SUS, porém com direção única em cada esfera de governo, motivo pelo qual o Secretário de Saúde deve gerir a conta corrente específica do Fundo Municipal de Saúde.



Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

- ✓ Movimentações indevidas das contas correntes (Acórdão nº 1321/2014 – TCU – 1ª Câmara julga irregulares as contas do prefeito e aplica multa devido transferências indevidas de recursos da conta MAC);
- ✓ Contratação direta por inexigibilidade de licitação (Sindicato dos Estabelecimentos de Saúde emitiu Atestado falso para subsidiar a contratação);
- ✓ Superfaturamento e pagamento por serviços não prestados (serviços médicos e de apoio: lavanderia, refeições limpeza, etc...)



Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – Vigilância em Saúde (combate à dengue):

- ✓ Contratação e execução da prestação de serviços para realização de eventos em desacordo com os princípios da razoabilidade, da motivação e da economicidade
 - superestimativa do orçamento prévio;
 - formatação, dimensionamento e definição do orçamento do evento pela empresa contratada em detrimento da contratante;
 - aplicação parcial de desconto sobre serviços prestados previsto no edital; e
 - a não inclusão, nos processos de pagamento, de documentos comprobatórios dos serviços prestados.



Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – Vigilância em Saúde (combate à dengue):

- ✓ Ineficiência no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*.
- ✓ Deficiência no controle de estoques – validade vencida.
- ✓ Armazenagem inadequada de inseticidas.
- ✓ Quantidade de visitas aos imóveis abaixo do pactuado.
- ✓ Pagamentos com recursos do bloco de financiamento da vigilância em saúde sem comprovação da efetividade do gasto.



Componente Especializado da Assistência Farmacêutica

- ✓ Aquisição de medicamentos especializados por preços superiores ao Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.
- ✓ Aquisições de medicamentos e de complementos alimentares não listados na relação do componente especializados do Ministério da Saúde.



Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial – funcionamento das UPAs:

- ✓ Desabastecimento de materiais/equipamentos/medicamentos previstos
- ✓ Plantões contando com número de médicos inferior aos previstos na Portaria 342/2013

SAMU

- ✓ Inadimplência para financiamento das atividades dos SAMU relativa às contrapartidas municipais



“Conselho Municipal de Saúde de Xxxxxx aprovou a readequação da proposta de aquisição de equipamentos por meio da Resolução nº xx, de xxxx.”

Constatações da CGU:

- Alteração nos quantitativos e na destinação dos equipamentos hospitalares adquiridos em relação à proposta aprovada pelo Ministério da Saúde;
- Aquisição de equipamentos hospitalares com superfaturamento;
- Inexistência de prestação de contas dos recursos recebidos fundo a fundo (RAG somente menciona o recebimento do recurso);
- Pagamento antecipado à entrega de equipamento.



Controladoria-Regional da União no Estado do Paraná

Gabinete

Tel.: (41) 3320-8386

Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção

Tel.: (41) 3320-8473

Email: cgupr@cgu.gov.br

www.cgu.gov.br



cguonline



cguonline



cguoficial